



Evento: XXVI Jornada de Pesquisa

UM OLHAR DA EXPERIÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ DO GOVERNO DE TARSO GENRO/RS À LUZ DAS TIC¹

A LOOK AT THE CASE OF TARSO GENRO'S STATE SYSTEM OF POPULAR AND CITIZEN PARTICIPATION IN LIGHT OF THE ICT

Vinícios Gonchoroski de Oliveira²

¹ O trabalho integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, entre os anos de 2015-2019, vinculada à linha de pesquisa Estado, Instituições e Democracia. Filia-se a um conjunto de estudos da área de Desenvolvimento Regional que busca compreender os processos político-participativos e sua relação com o aprofundamento da democracia e, no caso, preocupa-se com a inserção recente das TIC nestes processos, tanto nos seus limites e avanços.

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul; Tutor de Educação a Distância no Seadt da Unijuí.

RESUMO

O artigo objetiva compreender o processo de adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) durante a gestão pública de Tarso Genro (2011-2014) ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. A análise se dá a partir da experiência do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (Sisparci) e o faz à luz da perspectiva dos atores governamentais e da sociedade civil, cuja percepção é colhida por meio de entrevistas semiestruturadas com quatorze sujeitos. É feita ainda análise de um conjunto de documentos, entre os quais estão o Plano de Governo, relatórios de governo, leis, decretos, balanços, resoluções e notícias. O artigo se vale também de pesquisa bibliográfica. A pesquisa se situa numa perspectiva crítica e cultural acerca da tecnologia. Os resultados apontam as dificuldades na implantação do Sistema, a ocorrência de alterações na prática cidadã durante a vigência do Sisparci e para a descontinuidade da proposta com o encerramento desse governo.

Palavras-chave: Gestão Pública. Tecnologia da Informação e Comunicação. Participação

ABSTRACT

This article aims to understand the process of adopting the Information and Communication Technologies (ICT) during Tarso Genro's public administration (2011-2014) of the government of the State of Rio Grande do Sul. The analysis is based on the experience of the *Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã* (Sisparci – State System of Popular and Citizen Participation) and doing so in light of the perspective of governmental actors and civil society, whose perception is collected through semi-structured interviews with fourteen subjects. A set of documents is also analyzed, including the Government Plan, government reports, laws, decrees, balance sheets, resolutions and news. This article also makes use of bibliographical research. The research is based in a critical and cultural perspective on technology. The results point to the difficulties in implementing the System, the occurrence of changes in citizen



practices during the validity of Sisparci and the discontinuity of the proposal with that government's closure.

Keywords: Public Administration. Information and Communication Technologies. Participation

INTRODUÇÃO

A emergência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ocorrida desde o final do século passado tem gerado expectativa sobre seu potencial em diversos campos, dentre os quais estão a gestão pública, especialmente na perspectiva da gestão democrática. A posição é encontrada em boa parte da literatura da área, assim como em documentos de governos e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Os relatórios da última década da ONU evidenciam as TIC como instrumentos capazes de qualificar os processos de participação cidadã no ambiente governamental (ONU, 2016). De outro lado, há uma corrente de pesquisa crítica que aponta para a fragilidade dessa expectativa de intermediação tecnológica para o avanço da participação democrática, pois passa a considerar os processos sociais e culturais que a envolvem.

Nesse sentido, este artigo propõe, a partir de uma análise na perspectiva crítica sobre os usos das TIC pelo Estado, identificar como se deu o processo de adoção das mesmas com vistas à ampliação da participação civil na gestão pública do governador Tarso Genro (Partido dos Trabalhadores)¹, de 2011 a 2014, no Rio Grande do Sul, Brasil. Toma-se como caso da criação e implantação do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (Sisparci), um complexo conjunto de instrumentos de gestão para a participação e transparência das decisões públicas elaborado no governo de Tarso Genro. O Sisparci e seus instrumentos foram destaque mundial pela inovação em práticas de democracia digital, apesar do curto tempo de permanência².

1 A coligação que elegeu Tarso Genro, a Unidade Popular, era formada pelos partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido da República (PR). Convém observar que nas eleições à governador do Rio Grande do Sul, em 2010, Tarso Genro foi eleito governador com 54% dos votos válidos, sendo eleito ainda no primeiro turno.

2 O Sisparci auferiu ao menos sete prêmios apurados por esta pesquisa, entre os quais destacam o Prêmio Bank Beneficiary Feedback Awards, concedido pelo Instituto do Banco Mundial, em 2012 à iniciativa do Gabinete Digital, e o Prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Sisparci, em 2013.



A análise se dá principalmente a partir da percepção dos atores governamentais e de organizações da sociedade civil nesta experiência, valendo-se ainda de análise documental e pesquisa bibliográfica. A intenção foi identificar as metas, indicadores e objetivos do governo para adoção das TIC e verificar o processo de adoção dessas tecnologias e a participação da sociedade, compreendendo a experiência caracterizada como de democracia digital, nos seus limites e avanços.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para além da pesquisa bibliográfica, um conjunto de outras técnicas de pesquisa foi utilizado na coleta e na análise de dados. Como a pesquisa se baseia na percepção dos atores, a entrevista semiestruturada foi a técnica de pesquisa central. Ao todo foram realizadas 15 entrevistas com 14 sujeitos. Os sujeitos se dividem em: integrantes do primeiro e segundo escalões do governo estadual do RS, que estiveram à frente da gestão no período de 2011 a 2014, bem como representantes de organizações da sociedade civil, essas constituídas em gestões estaduais anteriores para conduzir processos de participação da sociedade gaúcha, entre os quais se destaca o Comitê de Consulta Popular, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e pesquisadores ligados a universidades.

Outra técnica utilizada foi a pesquisa documental. Nesta, analisou-se o Programa de Governo de Tarso Genro, o relatório do Balanço 2011-2014 do Gabinete Digital (GD), leis, decretos e notícias publicadas na imprensa. Os documentos permitiram dados para a compreensão das intenções e do processo de democracia digital instituído no governo estudado, bem como elementos para cotejar as falas dos atores entrevistados.

A PRESENÇA DAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE

O atual estágio de desenvolvimento da sociedade, proporcionado pelos avanços no campo da ciência e da técnica, possibilitou às sociedades modernas experienciarem um modelo de desenvolvimento antes inimaginável. Tais avanços correspondem à firmamento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) enquanto elemento-chave de explicação e compreensão dos fenômenos contemporâneos. Como nunca antes na história humana utilizaram-se tão intensivamente os recursos tecnológicos para expandir as potencialidades humanas perante



o meio (ações antrópicas), modificando e ressignificando a *práxis* dialógica (processos de comunicação), e utiliza-a para garantir liberdade. Ou, como aponta o filósofo brasileiro Antônio Vieira Pinto (2005), a disseminação do uso da máquina e do computador guarda intrínseca relação com o argumento de que para o ser humano superar as desigualdades seria necessário entrar na era tecnológica.

Os avanços tecnológicos resultam de um processo racional, de acúmulo de conhecimento humano, e são desenvolvidos para suprir as necessidades humanas, sejam elas vinculadas a esfera social – ampliação dos canais de comunicação e intercâmbio de conhecimento –, do Estado – modernização dos governos e da administração pública – ou do mercado – processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Isto significa dizer que a concepção de meio técnico-científico-informacional constitui num importante conceito formulado por Milton Santos para demonstrar a ampliação da ciência e da técnica e dos processos de produção e reprodução do meio como indutores para o alcance do desenvolvimento. A ciência, a tecnologia e a informação formam a nova base técnica da vida e são o centro das relações. *Pari passu* seu emprego no tecido social, sendo os mais diversos, torna-se plausível, ou mesmo compreensível, que o homem moderno deposite expectativas favoráveis em relação aos benefícios proporcionados pela “instrumentalização” e “tecnificação” do espaço e da natureza.

Como descreve Thompson (2002, p. 24), o indivíduo utiliza dos recursos dos meios de informação e comunicação, que inclui “meios técnicos de fixação e transmissão, as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico”, como instrumentos de ação para intervir no curso dos acontecimentos de sua história. Pois, as “ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva (THOMPSON, 2002, p. 24).

Para Pinto (2005, p. 362),

a tecnologia e os maquinismos de qualquer espécie que a materializam assumem duplo e profundo significado: o de ser ao mesmo tempo manifestação da razão humana no grau de desenvolvimento que alcançaram em cada momento e em certa comunidade nacional, sob forma de consciência para si; e o de fornecer o condicionamento objetivo, a força, o “motor” do processo de evolução da mesma razão.



A relação dialética entre sociedade e tecnologia se mostra paradoxal à medida que os elementos descritos por Castells (2005) que dependem de ampla e complexa interatividade para resultarem na transformação tecnológica, são parte intrínseca da sociedade. Em tese, não poderiam, assim como a tecnologia, serem percebidos como fatores à parte da sociedade. Idem quando o autor destaca que “novas formas e processos sociais não surgem em consequência de transformação tecnológica” (CASTELLS, 2005, p. 43), mas uma vez instituído no tecido social, o homem passa a fazer uso, e o uso que ele faz cria “novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela (CASTELLS, 2005, p. 40).

Os processos de comunicação pautados, inexoravelmente, no uso dos “novos” meios de informação e comunicação são uma estratégia substancial da vida social. Para Thompson (2002, p. 24), as TIC são recursos tecnológicos os quais o homem utiliza para “intervir no curso dos acontecimentos, influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas”. Seu uso seria capaz de alterar de forma significativa as relações sociais à medida que novas relações de poder são estabelecidas no tecido social, a partir de seu uso e de seu potencial. As TIC simbolizam a integração de sistemas de informação com comunicação de dados e contribuem para facilitar a comunicação, a busca e o acesso à informação, o planejamento e a execução das atividades humanas em sociedade.

A integração das esferas da vida social através da ideia central da interconexão – em rede – mudou radicalmente a forma com que as sociedades contemporâneas interagem e se comunicam entre si, acessam e buscam informações. Mormente, quanto a potencialidade do uso das TIC enquanto instrumento democratizador e fundamental para o fortalecimento e aperfeiçoamento da *práxis* democrática e dos mecanismos participativos que dela resultam e caracterizam os Estados-nações democráticos.

Contudo,

nunca foi tão profundo o sentimento de desconexão e de exclusão em relação às transformações que marcam o espaço e o tempo do mundo. [...] nunca tantos grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca tantos foram integrados por via do modo como são excluídos. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 17).

O sofismo em torno das promessas e facilidades com o desenvolvimento da tecnologia, é percebido nas mais diversas áreas da vida humana, assim como as alterações nas múltiplas escalas, sejam espaciais ou temporais, da ação social.



Em meio à onipresença das TIC nas esferas da vida humana, não se pode desconsiderar a reflexão crítica do quanto as sociedades modernas se tornaram dependentes dos recursos tecnológicos e das suas potencialidades, sobremaneira na modernização dos processos produtivos, do Estado, da *pólis*, da esfera pública e política, da democracia e dos seus processos correlatos à participação, deliberação, empoderamento e comunicação.

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO GOVERNO TARSO GENRO: TIC E O SISPARCI

O Rio Grande do Sul, lócus do estudo, é um Estado da federação brasileira com uma história recente (30 anos) de inovações em termos de democracia participativa, com destaque para as experiências do Orçamento Participativo (OP), a Consulta Popular (CP), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, processos iniciados após a abertura democrática dos anos de 1980 e que, em parte, foram tendo sua continuidade garantida, conferindo certo protagonismo desse Estado em experiências de democracia participativa no País.

Nesse contexto, o governo Tarso Genro deu ênfase à promoção de uma gestão participativa, com controle público, transparente, de modo a constituir uma esfera pública democrática em que houvesse a partilha do poder público e articulação política, especialmente combinando as democracias representativa e participativa. A trajetória política do governador, assim como do Partido dos Trabalhadores, apresentava coerência com esta proposta, muito embora havia um caráter inovador no depósito de grande expectativa no papel das TIC nesse processo. De acordo com o seu Programa de Governo, este seria um fator chave para promover o desenvolvimento econômico, o combate à corrupção, ao patrimonialismo e às desigualdades (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO, 2010).

Essa abordagem converge com a perspectiva teórica já abordada, que ressalta as potencialidades das tecnologias e da internet para o fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia e dos mecanismos participativos que dela resultam e caracterizam os Estados-nações democráticos. O protagonismo da sociedade na esfera pública tinha por finalidade a construção de uma nova perspectiva de transformação social à luz dos pressupostos da democracia participativa e deliberativa. Neste sentido, vislumbrava-se uma gestão participativa visando construir uma *outra* relação do Estado com a sociedade a partir da integração dos diversos sujeitos e atores da sociedade, com diálogo e transversalidade. “Todos os segmentos da sociedade dialogando e



construindo juntos. É assim que o Rio Grande do Sul vai crescer no ritmo do Brasil” (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO, 2010, p. 8).

No governo Tarso, a experiência do Sisparci é a que ganha destaque por representar uma proposta de formulação, normatização e articulação dos processos participativos e as estruturas de governo, o qual era “formado por um conjunto de instrumentos de participação que atuarão de forma **sistêmica** na **elaboração, monitoramento e avaliação** das políticas públicas de desenvolvimento” (RIO GRANDE DO SUL, 2012, online, grifos nossos). Integravam o Sisparci, entre outros, o Gabinete Digital e a Consulta Popular, experiências que, direta ou indiretamente, faziam uso das TIC visando a participação cidadã e o aprofundamento da democracia. Ao todo, o sistema incluía quatro dimensões: as decisões orçamentárias, controle social, diálogos sociais e a participação digital.

O principal desafio [...] é formular e debater no Estado, com toda a sociedade, um programa gaúcho capaz de apresentar soluções consistentes aos problemas estaduais e atender às necessidades essenciais do nosso povo. É preciso construir um programa que seja tão transformador como o que está sendo realizado no Brasil (PROGRAMA DE GOVERNO TARSO, 2010, p. 2).

Portanto, o tema central do programa de governo da Unidade Popular pelo Rio Grande foi definido como sendo a democratização do Estado por meio do desenvolvimento de um sistema que possibilitasse a ampla participação da sociedade, a promoção da justiça e da inclusão social, o fomento ao crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

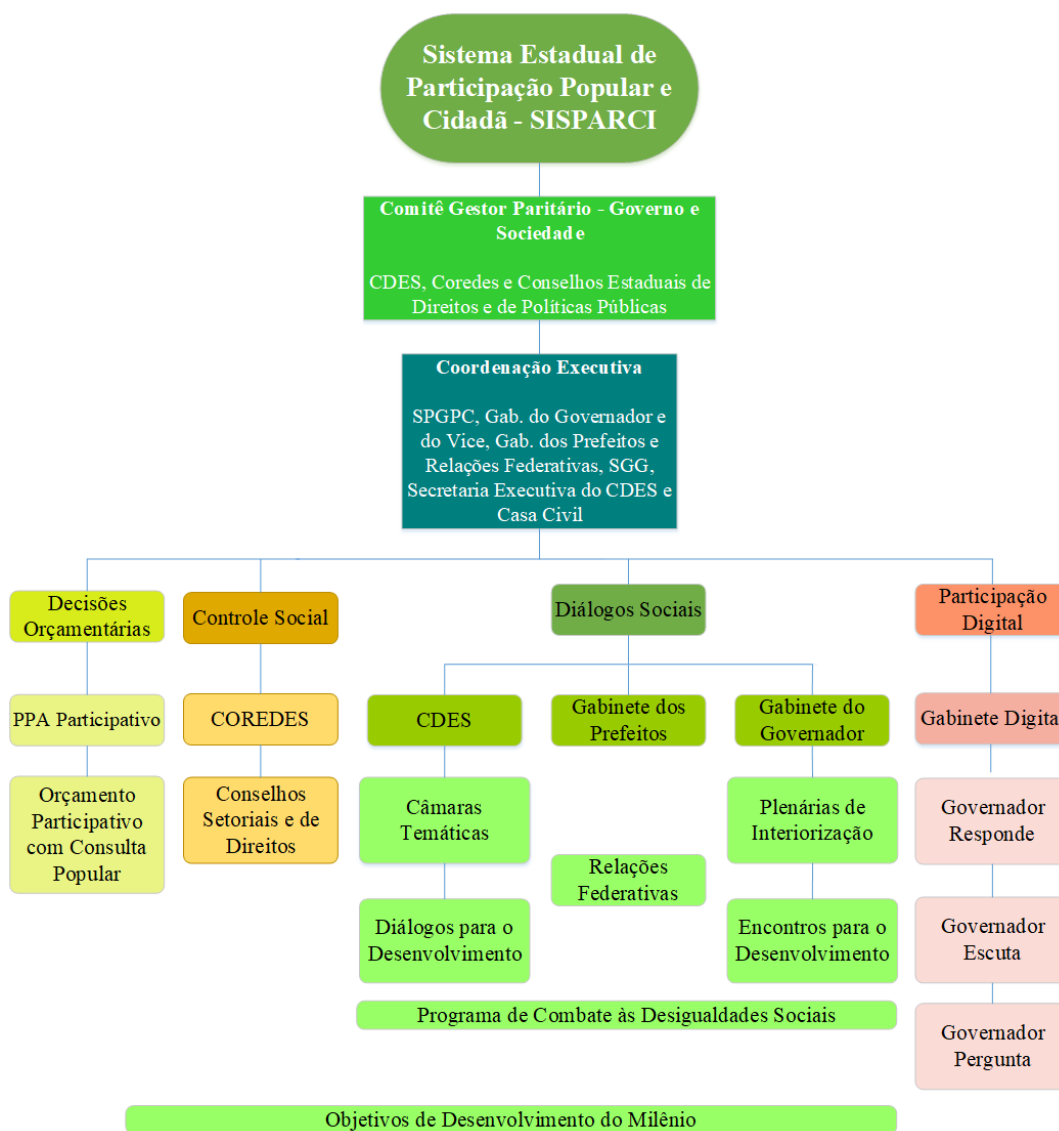
No intuito de organizar um sistema de participação popular para a definição de investimentos estratégicos, regionais e microrregionais, que combinasse a participação presencial direta dos cidadãos a nível local e regional, com a participação digital por meio do uso das novas tecnologias, foram realizados quatro seminários ao longo dos primeiros anos do governo, que discutiram a formulação teórica e metodológica do Sistema de Participação Cidadã. Esses encontros reuniram diversos analistas e pesquisadores nacionais e internacionais com vistas ao alinhamento da proposta, o tocante aos seus objetivos, desenhos de fluxos e o papel dos órgãos envolvidos.

No dia 30 de outubro de 2012, por meio do Decreto nº 49.765, foi instituído o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã – Sisparci. No decreto, o sistema era formado por um conjunto de instrumentos de participação, que atuavam de forma sistêmica na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas.



O texto do decreto que instituiu o Sisparci reforçou alguns pressupostos presentes no início de campanha ao governo, como o compromisso assumido pelo governador de ampliar a participação popular e cidadã, o diálogo da esfera pública com todos os segmentos da sociedade, a necessidade de reconhecer e combinar diversas formas de participação presencial e digital, e a importância de se desenvolver políticas públicas de proteção, inclusão social e de combate à miséria, bem como a valorização dos valores republicanos. A visão sistêmica do sistema pretendia propiciar ao modelo de participação estadual a aprendizagem e a gestão das distintas experiências participativas já desenvolvidas no Rio Grande do Sul assim como as novas.

Figura 1 – Organograma do Sisparci



Fonte: Oliveira (2019, p. 192).



Mesmo após a realização dos quatro seminários que serviram para aprimorar e consolidar o Sisparci junto a esfera governamental e a sociedade, a ideia de se ter desenvolvido um sistema de participação com integração sistêmica ainda era questionável. Vale observar, que o próprio desenho do Sisparci remetia a uma estrutura de participação hierárquica. As dimensões e suas instâncias não possibilitam o entendimento de que o sistema propiciava uma integração efetiva entre si, do ponto de vista sistêmico e de uma processualidade horizontal.

A fala da Presidente do Corede-Sul e Integrante da Comissão Estadual da CP, que fez parte de um grupo da Secretaria de Planejamento responsável por analisar e avaliar os diferentes nós do sistema e a sua proposta em 2013 (GT Sisparci), em entrevista a este estudo, convergiu para esse entendimento. Ela afirmou que a ideia defendida dentro do governo de que o Sisparci representava de fato um sistema de participação, com integração e articulação sistêmica entre as dimensões e instâncias, não era identificado na prática. Embora houvesse a existência de diferentes canais de participação e de interação entre governo e sociedade, havia a necessidade de se construir mais diálogos horizontais. Na prática, o que havia é que, “quase sempre”, cada um dos canais de participação realizava um “um diálogo com o governo do Estado, mas não entre eles. Então, para mim, mesmo com as tecnologias favoráveis, nós tivemos dificuldades para estabelecer diálogos entre os diferentes espaços” (PRESIDENTE DO COREDE-SUL E INTEGRANTE DA COMISSÃO ESTADUAL DA CP, 2018).

Do mesmo modo, apesar do amadurecimento da proposta em quase dois anos da gestão, mesmo na esfera governamental, um componente político afetou a implementação e consolidação do sistema, que foi a implementação deste sistema via decreto, e não por lei. Parte dos integrantes do governo ouvidos reconheceram haver certa falta de apoio ou o não entendimento sobre o Sisparci, inclusive de membros da gestão e da Assembleia Legislativa em relação à causa. Na fala do Secretário Geral de Governo (SGG) e Coordenador Geral do Gabinete Digital (2018), para além da necessidade de o governo abraçar a agenda da participação, era preciso possuir metodologias apropriadas, capacidade de coordenação interna, “vencer as amarras institucionais, [...] até resistências, por exemplo, do Legislativo, [...] que muitas vezes percebe a participação da cidadania como um esvaziamento das suas funções”.

O governo petista ao propor quatro níveis de participação, precisaria lidar, ainda, com a cultura da sociedade e a cultura interna do poder executivo. Haja vista que o aspecto cultural,



de acordo com os entrevistados, era um dos limitadores para a implementação do Sisparci. Isto porque “a cultura da sociedade e a cultura interna, também, das instituições. [...] o servidor público, as estruturas de comando interno, elas são muito reativas, são pouco abertas, tem uma lógica, também, às vezes uma racionalidade, tem leis também que colocam para o gestor dificuldades para que ele ouça a sociedade” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD, 2018).

O Secretário da SPGPC (2018) conta da dificuldade existente de convencer os próprios membros do governo a adotarem um modelo de gestão mais participativo e inclusivo, cujas decisões são tomadas à luz dos pressupostos da democracia participativa/deliberativa, ao contrário de reproduzir um modelo de governo em que as tomadas de decisões são centralizadas. Isto é, “governar com um gabinete fechado, tomando decisões apenas nos chamados gabinetes, cada vez mais internos” (SECRETÁRIO DA SPGPC, 2018).

O governante que não se abrir, não comprometer, com esse processo, ele acaba **reproduzindo essa ideia limitada da democracia tradicional. E eu acho que isso, infelizmente, nos nossos governos, também ocorre em grande parte.** Claro que aí tem uma visão de exercício de poder que depende muito da cabeça de cada indivíduo. A gente brinca, fazia uma brincadeira, ou faz uma brincadeira, com os secretários, né, **quem é que vai abrir mão da caneta para tomar a decisão?** Mas se trata disso (SECRETÁRIO DA SPGPC, 2018, grifos nossos).

Nota-se na fala dos entrevistados diferentes percepções e entendimentos da realidade empírica sobre a visão sistêmica do Sisparci. No entanto, permanece a concepção-chave do sistema com relação a possibilitar uma articulação e integração das dimensões e suas instâncias. Faz-se importante do mesmo modo mencionar, que o Sisparci teve existência por um período de dois anos. Ou seja, foi concebido na gestão do governo Tarso e, com a sua não reeleição nas eleições de 2014, foi descontinuado na gestão seguinte. No entendimento dos entrevistados, o tempo de vigência do sistema foi curto, impossibilitando, por exemplo, o seu amadurecimento, isto tanto nas bases do governo como na sociedade.

O USO DAS TIC NO GOVERNO TARSO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ATORES: PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao longo dos diferentes governos que assumiram a gestão do executivo gaúcho, os usos das tecnologias foram distintos e nem sempre voltados para o aprofundamento da democracia, para a ampliação dos canais de interação entre governo e sociedade e, por conseguinte, para a



participação cidadã. Em outros governos, esta preocupação parece ter sido central, como identifica o Secretário da SPGPC (2018),

nós temos que ter uma outra visão sobre essa questão da democracia mais contemporânea, que incorpora as novas tecnologias e que dê uma dinâmica mais ativa para a participação do indivíduo. É como o professor Boaventura [Sousa Santos] chama de democracia de alta intensidade. É esse tipo de dinâmica que se quer no governo hoje, progressista, aberto, e assim por diante.

O uso das TIC e da internet pela esfera governamental não é somente compreendido enquanto mecanismo de participação dos cidadãos, mas também como uma alternativa de enfrentamento à descrença da população perante a vida política, ao sistema de representação, dos partidos políticos e dos próprios sindicatos. É “uma possibilidade colocada nesses últimos anos, eu diria que uma necessidade, também, social, porque as pessoas estão muito descrentes da política, da representação política formal, dos partidos, dos sindicatos” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD, 2018).

Observa-se que a visão do uso das tecnologias no âmbito governamental ainda ocorre a partir de um certo entusiasmo perante as possibilidades e contribuições para a participação cidadã, para o aprofundamento e acesso democrático. Na percepção do Secretário da SGG e Coordenador Geral do GD (2018), isso guarda relação com as profundas mudanças que têm ocorrido na estrutura social e nas dinâmicas sociais. A sociedade em rede, para esse entrevistado, traz mudanças no tecido social brasileiro, relacionadas a como as pessoas se comunicam entre si e também com o poder público.

No campo democrático, por exemplo, de acordo com a Assessora de Planejamento da Procergs (2018), as tecnologias podem ser componentes estratégicos para aumentar a participação cidadã e promover uma integração entre governo e sociedade. Isto porque

as pessoas são digitais, os cidadãos são digitais, o mundo é digital. Então, o governo tem que ser digital. Então, assim, a tecnologia é estratégica, é muito estratégica. As pessoas estão em rede, a gente tem que encontrar esse cidadão, ele tem que nos encontrar [governo], tem que ser fácil de usar, tem que ser acessível (ASSESSORA DE PLANEJAMENTO DA PROCERGS, 2018).

Para o Governador do RS (2018), a implementação do Sisparci, a partir das suas ferramentas, contribuiu para que houvesse no Estado uma qualificação e aprofundamento da *práxis* democrática. Contudo, ressalta que, ainda que se tenha havido um acúmulo, ele não

permaneceu com solidez. Porque é necessário, vamos dizer assim, que esses processos tenham continuidade até proporcionar, **até o momento em que proporciona uma mudança na cultura política da sociedade, que passa a respeitar esses mecanismos e haja, também, uma modificação na cultura política, na cultura cidadã dos**



próprios servidores públicos. Eu tenho certeza que isso começou, com essas experiências democráticas aqui no Rio Grande do Sul. Com essas experiências, inclusive, que refletiram numa reorganização das nossas políticas públicas. A Patrulha Maria da Penha, por exemplo, é produto da participação das mulheres, dos nossos mecanismos participativos. Aquele programa que é o que aumenta a renda do pessoal do Bolsa Família para contemplar as famílias com determinado número de filhos, numa determinada idade, aquilo ali vem de uma participação massiva e atingiu 64 mil famílias naquela oportunidade. Isso aí significa atingir, se você multiplica por cinco, mais de 300 mil pessoas que foram atingidas por aqueles programas. Mas foram programas que duraram pouco, eles logo foram extintos. E as pessoas não tinham, ainda, a capacidade de reação (GOVERNADOR DO RS 2011-2014, 2018, grifos nossos).

Isto porque os processos participativos não podem ser compreendidos apenas a partir de um olhar da tecnologia, pois estas são apenas um meio, uma ferramenta para se alcançar um determinado objetivo. O elemento mais importante num processo democrático participativo/deliberativo são as pessoas e suas percepções sobre os processos, o retorno dos resultados da participação em suas vidas, do que propriamente a tecnologia utilizada.

Com a implementação do Sisparci e dos seus canais de participação direta da sociedade, tinha-se a pretensão com o uso das TIC proporcionar que nenhum cidadão precisasse ser obrigado a ir em uma assembleia popular, por exemplo, mas que ele tivesse a “oportunidade de, mesmo sem ir, se manifestar. E essa manifestação só poderia ser via uso de TIC” (COORDENADOR DA DIVISÃO DIGITAL DO DEPARCI, 2018).

Num olhar retrovisor, à luz de novas possibilidades tecnológicas que se desenharam desde o final do governo em estudo, como algumas mídias sociais, os entrevistados fazem sua avaliação. “Eu acho que a nossa experiência, ela foi, digamos assim, bastante modesta, foi simples o que foi feito, só que foi algo pioneiro. [...] ‘ah, como foi a experiência do Gabinete Digital?’, ‘A gente não fez nada de mais, mas fizemos o que ninguém fez’” (SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD (2018).

A partir da fala dos sujeitos entrevistados e das diretrizes do Sisparci tem-se a percepção desses atores governamentais e da sociedade civil organizada sobre o uso das TIC enquanto um meio para a ampliação da democracia. As diretrizes de implementação do Sisparci, bem como os objetivos instituídos no Decreto nº 48.056, são indicativos nesse sentido, uma vez que esse sistema tinha por finalidade reunir os diferentes movimentos em pró da participação cidadã.

O Governador do RS (2018) destacou, a partir do exemplo do OP de Porto Alegre- que ele fez parte enquanto prefeito -, que a consolidação da participação na sociedade se constrói a longo prazo. “A cultura participativa, tanto nas cidades, quanto no Estado, ela se dá de maneira



cumulativa e com ascensos e descensos, dependendo dos governos, [...] e ela não condensa em determinado momento e permanece naquele nível”. Por meio da história do OP, ele explica que, no caso dessa experiência, há uma consolidação da participação, pois está na memória das pessoas, criando uma resistência e uma vontade de participação permanente. E essa cultura participativa faz com que o governo em exercício, independentemente de seu posicionamento político, dê continuidade à experiência.

A consolidação do componente participação, que foi proposta a partir do Sisparci, não se efetivou, ainda que se reconheça o pioneirismo e os avanços que se teve. Para o Governador do RS (2018), o espírito participativo na sociedade se forma, entre outros, a partir do trabalho de uma “vanguarda política mais organizada”, o que incluiria, na sua opinião, os partidos, os grupos sociais, as associações e academia, e não de uma vontade genuína em participar. A educação para a cidadania e o acesso à informação e ao conhecimento são, portanto, aspectos-chave na percepção de alguns sujeitos entrevistados para que haja a formação de uma cultura participativa.

Observou-se, mesmo posteriormente à experiência, um otimismo com relação ao uso das tecnologias para democracia participativa e deliberativa, por parte de alguns membros do governo, mas também uma visão negativa e resistente ao uso das TIC para a promoção da participação, bem como uma resistência aos próprios processos participativos identificados pelos entrevistados. Evidencia-se, a partir da percepção dos entrevistados, a existência de uma necessidade não só de uma mudança cultural na sociedade, como também uma mudança da cultura política, especificamente. Portanto, não basta somente ter acesso às TIC, é preciso ampliar o acesso à informação e ao conhecimento, para uma formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado o uso das tecnologias está relacionado a uma perspectiva entusiasta acerca do seu potencial democratizante, que perpassa desde o espectro acadêmico, os organismos internacionais e até mesmo a esfera governamental, tem-se, de outro, uma visão crítica sobre o seu uso. A visão crítica associa o uso das tecnologias a processos sociais e culturais, isto é, trata-se de uma compreensão que entende a técnica não como autônoma à sociedade, mas como resultado de seu uso, das suas intenções, dos seus propósitos e aspirações. É preciso,



portanto, inserir a tecnologia dentro de uma dinâmica de inter-relação com os demais fenômenos do mundo da vida, que formam a estrutura social. Pois se entende que a técnica ou a tecnologia, por si só, não são capazes de explicar as contradições e as dinâmicas que se estabelecem na sociedade quando observadas somente à luz do seu sentido etimológico e semântico.

A gestão do governo Tarso foi fundamentada na égide da participação direta, voluntária e universal com caráter deliberativo dos cidadãos, em que por meio do uso das ferramentas tecnológicas, ampliou-se não só a participação dos cidadãos na esfera pública por meio do desenvolvimento do Sisparci, mas também promoveu uma cogestão com os cidadãos por meio do compartilhamento do poder decisório. Algo que até então só se tinha feito no Rio Grande do Sul por meio das experiências do OP em nível municipal e com a CP a nível regional.

Reconhece-se que a resistência dos próprios integrantes do governo, como secretários, corpo técnico e membros da Assembleia Legislativa quanto à ideia de se ter um sistema participativo aos moldes do que foi implementado pelo governo, é um ponto a se considerar. A resistência, em grande medida, decorreu de uma preocupação de que, ao proporcionar à população canais para uma participação mais direta entre Estado e sociedade, haveria um esvaziamento das funções do executivo e legislativo.

Se por um lado a continuidade das experiências participativas com vistas a aprofundar a democratização do Estado e o desenvolvimento regional através da participação cidadã depende de uma vontade dos gestores públicos, de outro é preciso considerar que não houve uma mobilização da sociedade civil pela sua continuidade. O desenvolvimento da experiência do Sisparci significou uma tentativa do governo para ressignificar a estrutura de participação do Estado do RS, tanto pelo aspecto da inovação institucional, como pela tentativa de fortalecimento da democracia participativa e deliberativa, de modo a se avançar para além das experiências do OP e da CP, com vistas a adaptar os mecanismos participativos à sociedade em rede, promovendo um maior compartilhamento do poder decisório junto ao *demos*.

É preciso ter claro o lugar das TIC na democracia. Elas não são redentoras, e, sim, instrumentos, meios que governos podem utilizar para auxiliar na democracia. Enquanto um instrumento técnico, a existência das TIC, ou mesmo sua utilização pelos governos como facilitadora dos mecanismos de participação, não assegura o alcance dos resultados democráticos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSESSORA DE PLANEJAMENTO DA PROCERGS. **A Consulta Popular**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h40min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura** - vol. 1. 8 ed. São Paulo: Paz e terra, 2005.

COORDENADOR DA DIVISÃO DIGITAL DO DEPARCI. **Consulta Popular**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h56min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

GOVERNADOR DO RS. **Democracia, Participação e o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (22min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski. **Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da Gestão do Governo Tarso Genro/RS (2011-2014)**. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2480/1/Vinicios%20Gonchoroski%20de%20Oliveira.pdf>. Acessado em 10 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Organização das Nações Unidas sobre o governo eletrônico e participação eletrônica nos países integrantes à ONU – 2016**. Disponível em: <<http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN96407.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Vol 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PRESIDENTE DO COREDE SUL E INTEGRANTE DA COMISSÃO ESTADUAL DA CP. **Consulta Popular**. Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h06min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

PROGRAMA DE GOVERNO TARSO. **Rio Grande do Sul do Brasil e do Mundo**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www1.SEPLAG.rs.gov.br/upload/Programa_de_Governo_Tarso_Genro.pdf>. Acesso em: nov. 2016

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49.765, de 30 de outubro de 2012**. Institui o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã – SISPARCI. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/dec%2049.765.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011**. Institui o Gabinete Digital do governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099>>



.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=56175&hTexto=&Hid_IDNorma=56175>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Balanco 2011/2014 do GD. 2014.** Disponível em: <<https://issuu.com/uira/docs/balanco-gabinetedigital-2011a2014>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SECRETÁRIO DA SGG E COORDENADOR GERAL DO GD. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital.** Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (1h28min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

SECRETÁRIO DA SPGPC. **O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã e o Gabinete Digital.** Entrevistador: V. G. Oliveira. 2018. Arquivo de áudio digital (53min). Entrevista concedida à pesquisa Democracia digital e participação cidadã: o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã da gestão de Tarso Genro/RS no período de 2011 a 2014.

SOUSA SANTOS, B. de. Introdução Geral à Coleção. In: SOUZA SANTOS, B. de (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-28. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizademocracia.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade.** Vozes, Petrópolis, 2002.